

Fernando Molica

Toffoli, enfim, piscou

Como dizem — ou diziam — os norte-americanos -, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, piscou. Não resistiu ao olho no olho relacionado à sucessão de medidas equivocadas por ele cometidas no caso do Master.

Ontem, o ministro divulgou nota em que, enfim, admite devolver o caso para instâncias inferiores. A história do banco corria na primeira instância até a defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro citar uma negociação imobiliária, que acabou não ocorrendo, entre ele e um deputado federal.

A fracassada operação de compra e venda com o parlamentar justificaria o uso do elevador processual e a desova do caso no STF, forçada de barra de dar inveja aos procuradores e juiz da Lava Jato, que jogaram numa vara federal de Curitiba (PR) quaisquer casos que pudessem ter alguma relação com seus suspeitos favoritos e a Petrobras.

Toffoli tratou de jogar cascas de banana para ele próprio escorregar, tomou decisões tão atabalhoadas que, diversas vezes, viu-se obrigado a voltar a atrás. Para piorar, vieram à tona casos como sua carona em jatinho de advogado do Master e a esquisita compra e venda, por irmãos do ministro, de um resort paranaense que tem um cassino entre suas atrações.

A situação chegou a tal ponto que ficou difícil até para colegas de Toffoli no STF sustentarem a situação do ministro. Era tanta gente criticando o relator que faz lembrar uma história contada pelo ex-governador Carlos Lacerda no “Depoimento”, ótimo livro organizado por Cláudio Lacerda.

Em 1954, Lacerda tentava obter apoios para forçar a renúncia do presidente Getúlio Vargas, e ouviu do general Carnobert Pereira da Costa, ex-ministro

da Guerra, que ele só se mobilizaria se até o Clube de Regatas do Flamengo entrasse na briga. Golpista vocacionado, Lacerda conseguiu a tal moção do clube da Gávea (recorri ao amigo Mário Magalhães, que este ano lançará o primeiro volume da biografia do ex-governador, para recordar detalhes do episódio).

É bem provável que, se acionadas, as torcidas dos grandes times brasileiros assinassem um pedido para que Toffoli abandonasse o barco do Master. Melhor pegar o caminho de volta do que se arriscar, lá na frente, ser destituído da relatoria. Ele já estará no lucro se alguma investigação não apontar nenhum indício mais relevante contra ele.

A futura saída do ministro da relatoria não resolverá, porém, todos os problemas ligados à investigação. Na época da Lava Jato, o então ministro Teori Zavascki citou um velho dito popular para definir a dimensão que o caso ganhara. Falou que, ao se puxar uma pena, viera uma galinha.

O master caso é pior. Tudo indica que galinheiros inteiros chegarão à Justiça caso as diferentes penas das investigações sejam devidamente puxadas. Como na história do roubo do INSS, é impossível que uma trama desse tamanho tenha existido sem parcerias e cumplicidades com diferentes níveis de poder (e variadas raças de galináceos).

É bem possível que, lá na frente, o caso volte ao STF, devidamente recheado com nomes que carreguem prerrogativas de foro em suas vastas penugens. Neste caso, porém, a investigação subirá sem despertar suspeitas. A trilha sonora para o evento poderá ser a marcha “Galinha pintadinha”: haverá no processo muitos galos que usam paletó.

Tales Faria

Da prisão, Bolsonaro comanda a direita com mão de ferro

Mesmo preso na Papudinha, em Brasília, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está comandando com mão de ferro a direita no país.

A maior demonstração de força do ex-presidente foi a visita do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ao presídio nesta quinta-feira, 29, seguindo de entrevista vigiada de perto pelo filho Zero Dois do ex-presidente, o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL).

Tarcísio seguiu o roteiro que o filho Zero Um do ex-presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), antecipou à imprensa sobre o encontro então marcado para o dia 22.

“Tarcísio vai ouvir da boca de Bolsonaro que está fazendo um grande trabalho como governador de São Paulo e que sua reeleição é fundamental para a estratégia nacional de derrotar o PT. Eleições presidenciais estão descartadas para ele”, disse Flávio.

Irritado pelo filho que Bolsonaro escolheu como candidato ao Planalto antecipar as ordens que receberia, o governador desmarcou aquela visita. Mas nesta quinta-feira acabou anunciando que estava mesmo enterrada a candidatura a presidente.

Não é só neste episódio que Bolsonaro dá as cartas. Com seu clã ele promove intervenções nos destinos dos aliados nas eleições estaduais.

Os Bolsonaro suspenderam as negociações do PL no Ceará, onde o partido já havia definido se aliar ao ex-governador Ciro Gomes (PDT). Foi em dezembro. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro protestou durante um evento no estado. “Com Ciro não dá”, reclamou para surpresa de todos.

Só agora o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, está conseguindo retomar as negociações, mas encontra

dificuldades. Ele considera Ciro Gomes decisivo para enfrentar os petistas no estado.

Em Santa Catarina, o clã Bolsonaro desfez a chapa que o governador Jorginho Mello (PL) havia montado à reeleição tendo como candidatos ao Senado a deputada Carol de Toni (PL) e o senador Esperidião Amin (PP). Bolsonaro pai transferiu o filho Carlos do Rio de Janeiro para o estado e forçou que ele seja candidato a senador.

Esperidião ou a deputada Carol de Toni (PL) terão que ser defenestrados. O PL rachou internamente, e partidos aliados como o MDB e o PP ameaçam romper.

Em São Paulo, o filho Zero três do ex-presidente que está em autoexílio nos EUA, ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL), decidiu impor um amigo, o deputado estadual Gil Diniz, como candidato ao Senado. Atropelou a chapa que vinha sendo montada por Tarcísio de Freitas.

O governador havia definido que o ex-secretário de Segurança Guilherme Derrite (Progressistas) terá uma das vagas de candidato ao Senado e a outra ficaria entre a deputada estadual Rosana Valle (PL) ou o deputado federal Ricardo Salles (Novo). A esperança agora é que Tarcísio, tendo cedido na disputa pelo Planalto, consiga que Bolsonaro permita que ele faça a sua chapa em São Paulo.

“Imagina se eles voltam ao Palácio do Planalto com o Flávio eleito? Bolsonaro pai sai da prisão mais forte do que nunca. Será um verdadeiro ditador”, comentou reservadamente um senador considerado pela família como aliado.

É o mesmo temor que têm o centrão e a Faria Lima com a candidatura de Flávio Bolsonaro.

Claudia Maldonado*

Movimento antigênero: o silêncio como estratégia de poder

Em 2017, o Brasil decidiu ensinar pelo silêncio. Ao retirar a palavra “gênero” da Base Nacional Comum Curricular, não por revisão pedagógica, nem após debate técnico consistente, mas sob pressão política organizada, o país transformou a omissão em política educacional (Brasil, 2017). Desde então, o silêncio passou a integrar oficialmente o currículo. Este texto nasce dessa escolha.

Porque apagar uma palavra nunca é apenas apagar uma palavra. É definir o que pode ser nomeado, discutido e protegido. E, quando se apaga “gênero”, apagam-se junto as desigualdades que atravessam a vida de meninas e mulheres — muitas vezes de forma invisível, mas sempre concreta.

O chamado movimento antigênero não é espontâneo nem desorganizado. Ele é estruturado, financiado e transnacional. Repete discursos semelhantes em países distintos porque responde a um objetivo claro: conter mudanças nas relações de poder, sobretudo aquelas que deslocam o lugar das mulheres na família, no trabalho e no espaço público. O discurso invoca valores; a prática preserva hierarquias (Kuhar & Paternotte, 2017; Corrêa, 2021).

A educação tornou-se o principal campo de batalha por uma razão simples: é ali que desigualdades começam — ou podem ser interrompidas. Não é na Constituição nem nos tribunais que uma menina aprende se pode liderar, ocupar espaço ou errar sem culpa. É na escola. Quem controla o que pode ser ensinado controla também o que pode ser imaginado.

Para que esse sistema funcione, conceitos distintos são deliberadamente aproximados e tratados como equivalentes. Sexo biológico, gênero e identidade de gênero, categorias distintas, com funções analíticas diferentes que passam a circular sob um único rótulo genérico. Não para esclarecer, mas para empobrecer o debate público. Esse empobrecimento não é efeito colateral: cria o ambiente ideal para interromper políticas voltadas à igualdade (UNRISD, 2023).

O mecanismo central dessa ofensiva é bloquear o debate racional por meio de narrativas alarmistas. Não se apresentam riscos concretos; constroem-se ameaças difusas. Termos técnicos cedem lugar a slogans. Políticas públicas passam a ser tratadas como perigos imprecisos. A palavra “gênero” é carregada de um sentido que nunca se define com clareza, porque sua função não é explicar, mas paralisar (Kuhar & Paternotte, 2017).

Os dados desmontam a narrativa da reação espontânea. Pesquisas internacionais indicam que bilhões de dólares circulam globalmente para

financiar campanhas antigênero, valores muito superiores aos destinados à promoção da igualdade entre mulheres e homens. Levantamento do Global Philanthropy Project estima que, entre 2008 e 2017, organizações e fundações associadas a essas agendas movimentaram cerca de US\$ 6,2 bilhões, com mais de US\$ 1 bilhão direcionado a campanhas internacionais (Global Philanthropy Project, 2018;

Equal Rights Coalition, 2022). Isso não é indignação difusa, é engenharia política organizada.

No Brasil, os efeitos são diretos e perceptíveis. O silêncio curricular se espalhou. Professoras passaram a se autocensurar. Escolas passaram a se defender preventivamente. Famílias passaram a desconfiar da educação sem saber exatamente do quê. O debate cedeu lugar à suspeita (Brasil, 2017).

É fundamental dizer com clareza: não são pessoas nem identidades o motor desse processo. O que ocorre é a instrumentalização deliberada de temas ligados à sexualidade e à identidade como gatilho emocional, capaz de produzir reações imediatas.

Ao misturar políticas de gênero, voltadas a enfrentar desigualdades concretas entre mulheres e homens, com discursos normativos sobre costumes e papéis sociais, rejeita-se o conjunto inteiro. E, junto, desmontam-se políticas que protegem mulheres (Corrêa, 2021).

Nesse discurso, a família aparece como valor absoluto, mas sob um modelo específico e hierarquizado. A mulher é exaltada como cuidadora “natural”, não para garantir sua liberdade de escolha, mas para restringi-la. O que está em curso é um projeto político que tenta recolocá-la em um lugar do qual ela lutou para sair, apagando a história do direito de trabalhar, estudar, circular e decidir.

A desigualdade deixa de ser tratada como problema político e passa a ser apresentada como destino moral (Kuhar & Paternotte, 2017).

O resultado é silencioso e eficaz. As mulheres desaparecem do centro do debate público. Somem as discussões sobre desigualdade salarial, violência doméstica, sobrecarga de cuidado, evasão escolar de meninas, gravidez precoce. Não se afirma que mulheres não importam. Apenas deixa-se de falar delas. E o que não é nomeado não é protegido.

A comparação internacional torna esse silêncio ainda mais incômodo. Enquanto o Brasil optou por apagar a palavra “gênero” do currículo nacional, países como Inglaterra, Canadá, França e nações nórdicas seguiram o caminho oposto, incorporando conteúdos sobre igualdade, estereótipos e prevenção da violência como política pública de proteção, não como militância (Department for Education, 2019; UNESCO, 2018; OECD; EIGE). O contraste é simples: se gênero fosse realmente uma ameaça às crianças, ele não estaria presente nos currículos de democracias consolidadas.

O que esse contraste revela é o que o debate brasileiro insiste em ocultar: não se trata de proteger crianças. Trata-se de escolher o silêncio. E silêncio, em política pública, nunca é neutro. O silêncio não é ausência. É método. E, quando se cala a desigualdade, o que se ensina é a aceitá-la.

*Advogada, Presidente do Brasília Convention & Visitors Bureau e Vice-Presidente Institucional de Unedestinos